



# SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Santos Brasil Participações S.A. relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

### Mensagem da Administração

A alteração do cenário competitivo e o baixo crescimento da movimentação de contêineres no Porto de Santos criaram um cenário desafiador para a Santos Brasil em 2014. Os portos de Vila do Conde e Imbituba tiveram comportamento distinto, apresentando aumento no volume movimentado de contêineres e ampliaram suas contribuições na movimentação total da empresa, que foi de 1.462.187 TEU no ano de 2014.

Em 2014 a Companhia manteve a estratégia de adaptação ao novo ambiente competitivo enfrentado em Santos e apresentou redução de 13,6% em custos e despesas em relação ao ano anterior. A Companhia encerrou 2014 com lucro líquido de R\$91,6 milhões, EBITDA de R\$292,9 milhões, saldo de caixa de R\$218,4 milhões e dívida bruta de R\$357,9 milhões perfazendo assim dívida líquida de R\$139,5 milhões. A solidez das demonstrações financeiras e do resultado operacional suportou a manutenção do rating da Santos Brasil Participações em brAAA pela S&P. Ao longo do ano, mantivemos o foco no aumento de produtividade e na redução de custos com o objetivo de aumentar a competitividade dos nossos ativos. Em Santos, mantivemos a liderança nas operações de carga e descarga e armazenagem de contêineres e terminais em 2014 liderando também a movimentação de veículos.

Por meio da constante inovação de processos e produtos, cumprimos com o nosso compromisso de oferecer ganhos significativos de competitividade aos nossos clientes. Neste ano, rompemos a barreira dos 200 movimentos por hora (MPH) em um único navio e consolidamos a média de 100 MPH no Tecon Santos. Evoluímos também nos serviços logísticos, oferecendo diversos produtos integrados que incluem transporte ferroviário e distribuição.

Em agosto de 2014, demos um importante passo no processo de prorrogação antecipada do contrato de arrendamento do Tecon Santos. Em reunião extraordinária de diretoria, a ANTAQ deliberou sobre o pedido apresentado pela Santos Brasil recomendando a Secretaria Especial de Portos (SEP) a prorrogação nos termos do projeto apresentado pela Companhia. Nossa proposta aumentará a capacidade e a competitividade do terminal, com a adequação dos berços e guindastes ao novo navio da classe Panamax, que deve começar a atracar na costa brasileira a partir de 2015. Serão também investidos recursos em automação e aumento da capacidade de atendimento ao modal ferroviário. Esses investimentos tornarão o Tecon de Santos ainda mais competitivo, preparando-o para um novo ciclo de desenvolvimento.

Avançamos também no diálogo com os todos os nossos públicos de relacionamento, aprimorando nossa gestão em sustentabilidade, que está alinhada aos dez princípios do Pacto Global. Adiremos a essa iniciativa internacional, liderada pela ONU, no final de 2013 e manteremos nosso compromisso para o próximo período. Saúde e Segurança; Emissões de Gases de Efeito Estufa e Água; Transparência e Práticas Anticorrupção e Desenvolvimento Local estarão no nosso foco de atuação dos próximos três anos. O ano de 2015 será igualmente desafiador. O foco operacional continuará sendo o aumento de produtividade e a redução de custos. O foco comercial em Santos estará no desenvolvimento de produtos customizados para nossos clientes de logística e na manutenção dos contratos de longo prazo com os clientes de operação portuária. Em Imbituba e Vila do Conde, continuaremos a buscar o aumento de movimentação de contêineres com a atração de novos serviços. Esta será a estratégia para melhorar as nossas margens e o retorno sobre capital investido. Dessa forma, pretendemos manter a trajetória de crescimento da Companhia e continuar gerando valor, no longo prazo, para nossos clientes, acionistas, funcionários e para a sociedade.

### A Santos Brasil

A Santos Brasil é líder no mercado brasileiro na movimentação portuária de contêineres, com presença em portos localizados nas Regiões Sudeste, Sul e Norte do País. Está preparada para suprir todas as etapas da cadeia logística, com transporte e distribuição, promovendo sinergia operacional e soluções customizadas aos clientes.

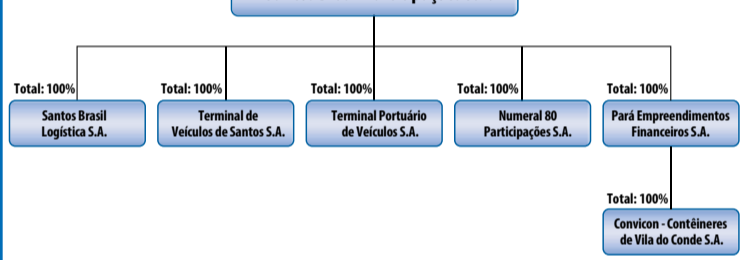
Atende companhias de navegação, proprietárias dos navios e dos contêineres, e clientes importadores e exportadores de diversas áreas da indústria nacional, como química, farmacêutica, alimentícia, autopeças, eletroeletrônicos, bens de consumo e agronegócio.

A empresa foi criada em 1997 para participar do leilão de arrendamento do Terminal de Contêineres de Santos, no Guarujá (SP). Hoje, além do Tecon Santos (SP), sua maior operação, a Companhia conta com outros quatro terminais portuários, sendo dois de contêineres: Tecon Imbituba, em Imbituba (SC), e Tecon Vila do Conde, em Barcarena (PA); um Terminal de Veículos (TEV), no Guarujá; e um Terminal de Carga Geral, em Imbituba (SC). Possui ainda unidades da Santos Brasil Logística nos municípios paulistas de Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo e São Paulo.

A Companhia não participou de fusões, aquisições ou cisões no decorrer de 2014 e, atualmente, possui os seguintes investimentos em sociedades controladas.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

#### Santos Brasil Participações S.A.



Participação - %	2014	2013
<b>Controladas diretas:</b>		
Santos Brasil Logística S.A.	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A.	100	100
Terminal Portuário de Veículos S.A.	100	100
Numeral 80 Participações S.A.	100	100
Para Empreendimentos Financeiros S.A.	100	100
<b>Controlada indireta:</b>		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	100	100

(R\$ milhões)	2014	2013	Variação %
<b>Controladas diretas:</b>			
Santos Brasil Logística S.A.	175,3	153,7	21,6
Terminal de Veículos de Santos S.A.	251,5	236,6	14,9
Terminal Portuário de Veículos S.A.	-	-	-
Numeral 80 Participações S.A.	0,1	0,2	(0,1)
Para Empreendimentos Financeiros S.A.	8,3	15,5	(7,2)
<b>Total</b>	<b>435,2</b>	<b>406,0</b>	<b>29,2</b>
<b>Controlada indireta:</b>			
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	8,4	15,4	(7,0)

(R\$ milhões)	Equivalência Patrimonial	Aporte de Capital	Dividendos	Outros	Total
<b>Controladas diretas:</b>					
Santos Brasil Logística S.A.	28,7	-	(6,8)	(0,3)	21,6
Terminal de Veículos de Santos S.A.	19,5	-	(4,6)	-	14,9
Terminal Portuário de Veículos S.A.	-	-	-	-	-
Numeral 80 Participações S.A.	(0,1)	-	-	-	(0,1)
Para Empreendimentos Financeiros S.A.	(9,8)	4,2	-	(1,6)	(7,2)
<b>Total</b>	<b>38,3</b>	<b>4,2</b>	<b>(11,4)</b>	<b>(1,9)</b>	<b>29,2</b>
<b>Controlada indireta:</b>					
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	(9,7)	4,2	-	(1,5)	(7,0)

A Para Empreendimentos Financeiros S.A. é a controladora direta da Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.

Companhia aberta, tem suas ações negociadas desde 2006 no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Atua com base em um modelo de crescimento contínuo e sustentável, que alia disciplina e alto desempenho financeiro e operacional com preservação ambiental e responsabilidade social.

### Contexto de Mercado

Pela primeira vez desde 2009, a corrente de comércio brasileira (soma das importações e das exportações), segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, fechou o ano com queda. A variação foi de menos 5,7% em relação ao período anterior, encerrando 2014 com saldo de US\$454,2 bilhões. Esse resultado é consequência da queda tanto das importações (-4,4%) como das exportações (-7,0%) e teve impacto direto no setor portuário.

Com taxa de crescimento anual composta na casa dos dois dígitos nos últimos 15 anos, o Porto de Santos sentiu o impacto da desaceleração da economia nacional e apresentou acréscimo inferior à média histórica na evolução da movimentação de contêineres em todos os seus terminais. Foram 6,0% em 2014, abaixo dos 8,8% registrados em 2013. Além disso, o início da operação de dois novos terminais de contêineres em Santos aumentou em aproximadamente 50% a capacidade do porto para a movimentação desse tipo de carga, criando um cenário especialmente desafiador para a Companhia.

Contudo, de acordo com relatórios da Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), o Tecon Santos encerrou o ano com o índice de 37,6% de *market share*, mantendo a sua posição de liderança no Porto de Santos.

A movimentação de veículos em Santos apresentou recuo de 37,8% devido a restrições argentinas à importação de veículos brasileiros impostas em dezembro de 2013. Essas restrições impactaram diretamente o volume registrado no terminal, uma vez que a maior parte da movimentação de veículos no porto é destinada à exportação e tem a Argentina como um dos principais destinos.

### Estratégia e Modelo de Negócios

**Gestão estratégica**  
Ampliação de eficiência operacional e redução de custos foram temas centrais na gestão estratégica da Santos Brasil em 2014, de forma alinhada à previsão de um cenário de mercado mais competitivo. Nesse sentido, prosseguimos com a implementação de iniciativas de revisão de processos iniciadas em 2013.

**Programa Mais Santos Brasil**  
Lançado em 2013, o Programa Mais Santos Brasil foi executado com êxito em 2014 em suas quatro frentes prioritárias: Eficiência, Recursos, Custos e Segurança. O Projeto Eficiência Máxima levou ao aumento de produtividade esperado e encerrou sua primeira fase atingindo a meta de R\$12,9 milhões em retorno financeiro proporcionado pela revisão dos processos de operação de cais, armazenagem alfandegada (Tecon Santos) e transporte rodoviário (Logística). O aprimoramento de processos de Tecnologia da Informação contribuiu com 80% desse resultado, por meio de desenvolvimento de sistemas que proporcionaram menos retrabalhos.

**Perspectivas e oportunidades**  
Adaptada à maior competitividade no Porto de Santos, a Santos Brasil começa 2015 com a missão de se preparar para um novo ciclo de investimentos. O objetivo é expandir a capacidade atual do Tecon Santos para atender à demanda prevista no futuro, uma vez que, concluída a expansão do Canal do Panamá, prevista para 2015, navios de 366 metros passarão a atracar na costa brasileira.

Esses investimentos, na ordem de R\$1,2 bilhão até 2022, estão detalhados na proposta enviada à Secretaria Especial de Portos (SEP) para a prorrogação do contrato de concessão do Tecon Santos por um período adicional de 25 anos.

O pedido de prorrogação do contrato do Tecon Vila do Conde para 2033 também já foi encaminhado à SEP, em novembro de 2014. Nesse terminal, as perspectivas de crescimento estão direcionadas à cabotagem - aproveitando a capilaridade hidroviária da região, ampliando o transporte em barcas - e à intermodalidade - com as mesmas mercadorias sendo transportadas por meio dos modais hidroviário, rodoviário e ferroviário. Alçada a esses fatores, a expansão do Canal do Panamá, com previsão de conclusão em 2015, deve proporcionar incremento também na carga de longo curso operada no terminal. O pleno aproveitamento do sistema aquaviário da região ainda deverá trazer impactos socioambientais positivos para a região.

Em Imbituba, direcionamos nossos esforços para fomentar a movimentação do terminal. Em 2014, o início da operação de dois serviços de cabotagem proporcionou crescimento superior a 190% na movimentação de contêineres. A operação regular, segura e eficiente do Tecon Imbituba e o diferencial em oferecer soluções portuárias e logísticas integradas, desenhadas de acordo com a particularidade de cada cliente, ajudaram no incremento do negócio em Santa Catarina. A homologação da nova profundidade da bacia de evolução, obtida em novembro de 2014, proporcionou o recebimento de navios com até 333,2 metros de comprimento e 11,2 metros de calado. Em 2015, manteremos o empenho para aumentar o número de linhas de navegação que escalam o terminal, bem como a carteira de clientes, entre eles os importadores/exportadores dos polos produtivos do norte do Rio Grande do Sul.

### Desempenho Econômico-Financeiro

#### Desempenho operacional

(Unidades)	2014	2013	Variação %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
<b>Operações de cais - contêineres</b>	<b>957.573</b>	<b>1.172.365</b>	<b>(18,3%)</b>
Contêineres Cheios	703.402	873.515	(19,5%)
Contêineres Vazios	254.171	298.850	(15,0%)
<b>Operações de cais - carga geral (t)</b>	<b>78.566</b>	<b>81.771</b>	<b>(3,9%)</b>
<b>Operações de armazenagem</b>	<b>125.778</b>	<b>183.811</b>	<b>(31,6%)</b>

#### LOGÍSTICA

Operações de armazenagem	79.611	88.817	(10,4%)
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
Veículos movimentados	190.729	256.904	(25,8%)

#### Terminais Portuários

(Unidades)	2014	2013	Variação %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
<b>Contêineres Cheios</b>	<b>703.402</b>	<b>873.515</b>	<b>(19,5%)</b>
Tecon Santos	657.290	852.015	(22,9%)
Tecon Imbituba	23.699	7.088	234,4%
Tecon Vila do Conde	22.413	14.412	55,5%
<b>Contêineres Vazios</b>	<b>254.171</b>	<b>298.850</b>	<b>(15,0%)</b>
Tecon Santos	230.431	283.995	(18,9%)
Tecon Imbituba	8.036	4.374	83,7%
Tecon Vila do Conde	15.704	10.481	49,8%
<b>Carga Geral (t)</b>	<b>78.566</b>	<b>81.771</b>	<b>(3,9%)</b>
Tecon Santos	-	-	-
Tecon Imbituba	65.108	73.867	(11,9%)
Tecon Vila do Conde	13.458	7.904	70,3%

A desaceleração da economia brasileira, aliada à desvalorização da moeda local em relação ao dólar norte-americano, resultou em diminuição do fluxo de importação de cargas containerizadas no Porto de Santos. Essa queda foi compensada pelo aumento das cargas exportadas, bem como pelo crescimento do volume de contêineres de cabotagem e de transbordo, serviços que aumentaram sua representatividade no volume total movimentado em razão do aumento de capacidade pelo qual o Porto passou em 2013.

O Porto de Santos registrou crescimento de 6,0% na movimentação de contêineres em 2014. O mix de serviços prestados apresentou alteração com movimentos distintos para as cargas de longo curso, transbordo e cabotagem. Em 2014, apesar da redução de 32,8% e 31,5% registradas na movimentação de contêineres de importação e exportação pelo Tecon Santos, respectivamente, a Companhia teve crescimento de 13,7% e 80,5% na movimentação de contêineres de transbordo e cabotagem no mesmo terminal. O crescimento observado na movimentação desse tipo de carga é resultado da estratégia comercial adotada pela Santos Brasil, que viu o aumento de capacidade do porto, ocorrido em 2013, como oportunidade de ampliar a movimentação de contêineres de transbordo e cabotagem. Em 2014, esses serviços aumentaram sua participação no mix de contêineres movimentados pelo Tecon em 9,4% e 11,9%, respectivamente. Ao longo de 2014, o Porto de Santos passou por um reequilíbrio natural no mercado de terminais de contêineres. O Tecon Santos, que operava próximo ao limite de utilização de capacidade, com 58% de *market share* até setembro de 2013, registrou redução de 21,9% no número de contêineres movimentados e encerrou o ano com 37,6% de *market share*.

A redução na movimentação de contêineres cheios de importação apresentada pelo Tecon Santos é resultado: (i) da desvalorização cambial; e (ii) do aumento da competição enfrentada no Porto de Santos. Com isso, o volume de contêineres armazenados nos terminais portuários apresentou queda de 31,6% no ano quando comparado a 2013.

O Tecon Imbituba registrou robusto crescimento do número de contêineres movimentados em 2014. O desempenho operacional (176,9% superior a 2013) foi proporcionado pelo início da operação de dois serviços de cabotagem que atracam regularmente no terminal.

O Tecon Vila do Conde também apresentou grande desempenho em 2014 e registrou 53,1% de crescimento no número de contêineres movimentados graças ao desenvolvimento do transporte de contêineres por barcas, transporte típico da região, que explora e se beneficia da capilaridade das vias fluviais da bacia amazônica.

No entanto, consolidando todas as suas operações, a Companhia registrou redução de 18,3% no volume operado em seus três terminais de contêineres em 2014 com um total de 957.573 de contêineres movimentados.

O mix de contêineres cheio-vazio registrado em 2014 apresentou ligeira redução para 73,5% de contêineres cheios (74,5% em 2013).

Ao longo de 2014, a Santos Brasil Logística apresentou diminuição de 10,4% no volume de contêineres armazenados em relação a 2013. Além do resultado operacional apresentado pelos CLJAs (Centro Logístico e Industrial Aduaneiro), a Companhia registrou retração nos serviços de logística integrada nos Centros de Distribuição de São Bernardo do Campo e Jaguaré, que abrangem desde o recebimento de cargas pelos terminais portuários, passando pelos CLJAs e Centros de Distribuição, até o transporte rodoviário de contêineres e de distribuição de carga fracionada e gerenciamento de estoques.

O Terminal de Veículos apresentou retração de 25,8% na quantidade de veículos movimentados em 2014, registrando 190.729 veículos no período em comparação a 256.904 unidades em 2013. Em 2014, o desempenho dessa unidade de negócios sofreu impacto de medida adotada em dezembro de 2013 pelo governo da Argentina, restringindo importações de veículos produzidos no Brasil.

#### Desempenho financeiro

##### Receita Bruta dos Serviços

(R\$ milhões)	2014	2013	Variação %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	<b>811,3</b>	<b>1.246,9</b>	<b>(34,9%)</b>
Operações de cais	469,7	767,7	(38,8%)
Operações de armazenagem	341,6	479,2	(28,7%)
<b>LOGÍSTICA</b>	<b>285,5</b>	<b>288,3</b>	<b>(1,0%)</b>
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>	<b>67,5</b>	<b>77,8</b>	<b>(13,2%)</b>
<b>Eliminações</b>	<b>(12,0)</b>	<b>(12,1)</b>	<b>(0,8%)</b>
<b>Consolidado</b>	<b>1.152,3</b>	<b>1.600,9</b>	<b>(28,0%)</b>

A redução observada na receita bruta registrada pelo segmento de Terminais Portuários reflete as mudanças pelas quais o Porto de Santos passou e a readequação do mercado de contêineres em busca de adaptação à nova realidade competitiva. Com o aumento da capacidade do Porto de Santos em aproximadamente 50%, armadores que atracavam no Tecon Santos, que operava muito próximo ao limite da sua capacidade instalada, redirecionaram seus serviços e navios para os novos terminais. Concomitantemente com a mudança no ambiente competitivo de curto e médio prazo, o cenário macroeconômico se deteriorou, e vimos ao longo do ano de 2014 o aumento da inflação, a desvalorização do real e a queda do consumo local no Brasil. As mudanças estruturais realizadas no Porto de Santos afetaram não só o volume, mas também o mix dos serviços prestados e pudemos observar aumento da prestação de serviços de transbordo e cabotagem, além de queda da importação.

Em 2013, houve a reversão parcial de uma provisão feita pela Companhia referente ao processo sobre o serviço de segregação, entrega e faturamento de TRAs (Terminais Retroportuários Alfandegados), conforme exposto na nota explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras da Companhia. Foi gerada também em 2013 uma receita extraordinária de R\$55,6 milhões como reversão parcial da provisão e, excluindo esse efeito, a receita bruta de operações de cais em 2014 apresentou redução de 34,0% em relação ao exercício anterior. A receita com operações de armazenagem no segmento de Terminais Portuários caiu 28,7% no período.

No segmento de Logística, a receita bruta da Companhia apresentou suave redução de 1,0%, abaixo da variação registrada no número de contêineres armazenados. A diferença observada resulta dos esforços comerciais da Companhia na busca por prestação de serviços agregados à cadeia logística do contêiner. O Terminal de Veículos - TEV apresentou queda de 13,2% no faturamento de 2014. Essa redução da receita foi inferior à variação observada no número de veículos movimentados e é explicada pelo menor tempo de armazenagem e aumento da proporção de veículos pesados movimentados.

##### Receita Líquida dos Serviços

A receita líquida consolidada totalizou R\$1.003,5 milhões, com redução de 27,1% em relação a 2013.

##### Custo dos Serviços Prestados

(R\$ milhões)	2014	2013	Variação %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Custos com Movimentação	113,0	164,4	(31,3%)
Custos com Pessoal	161,3	182,2	(11,5%)
Arrendamento e Infraestrutura	61,2	58,7	4,3%
Depreciação e Amortização	100,2	97,9	2,3%
Outros Custos	82,1	89,7	(8,5%)
<b>Total</b>	<b>517,9</b>	<b>592,9</b>	<b>(12,6%)</b>

#### LOGÍSTICA

Custos com Movimentação	47,7	65,4	(27,1%)
Custos com Pessoal	63,6	62,7	1,4%
Depreciação e Amortização	14,2	11,6	22,4%
Outros Custos	47,5	44,3	7,2%
<b>Total</b>	<b>173,0</b>	<b>184,0</b>	<b>(6,0%)</b>

#### TERMINAL DE VEÍCULOS

Custos com Movimentação	14,6	18,7	(21,9%)
Arrendamento e Infraestrutura	5,2	4,0	30,0%
Depreciação e Amortização	9,0	9,0	-
Outros Custos	4,8	4,9	(2,0%)
<b>Total</b>	<b>33,6</b>	<b>36,6</b>	<b>(8,2%)</b>
<b>Eliminações</b>	<b>(10,8)</b>	<b>(11,0)</b>	<b>(1,8%)</b>
<b>Consolidado</b>	<b>713,7</b>	<b>802,5</b>	<b>(11,1%)</b>

Em 2014, a Companhia realizou uma reestruturação interna alcançando melhorias e ganhos de eficiência para adaptar-se às novas condições de mercado observadas em Santos. As medidas tomadas pela Santos Brasil, juntamente com a redução da escala da operação em sua principal unidade, proporcionaram redução de 11,1% nos custos consolidados em 2014.

**Terminais Portuários**  
Refletindo a diminuição do volume de contêineres operados pelo Tecon Santos, aliada à contínua busca por eficiência, o segmento de Terminais Portuários apresentou redução de 12,6% em custos no exercício. O custo médio (excluindo depreciação e amortização) por contêiner movimentado/armazenado nos terminais portuários de contêineres foi de R\$385,56, com crescimento de 5,6% em relação ao custo médio de R\$365,00 registrado em 2013. O aumento do custo médio unitário anual é resultado da diminuição do volume operado no cais e consequente redução da economia de escala.

**Custos com Movimentação (Inão de obra avulsa, taxa canal-TUP e outros custos variáveis):** a redução de 31,3% observada é resultado: (i) do menor volume movimentado e armazenado nos terminais da Companhia; (ii) da redução do custo referente a fretes para a remoção dos contêineres de importação desembarcado em outros terminais; (iii) da entrada em vigor, em dezembro de 2013, de um acordo assinado pela Companhia em Santos, o qual prevê a utilização de 50% de mão de obra própria nos serviços de estiva. **Custos com Pessoal:** apresentaram redução de 11,5% proporcionada pela readequação da Companhia ao atual ambiente operacional. Os custos com pessoal do segmento de terminais portuários, ajustados pelos custos não recorrentes oriundos de reorganização interna, acumularam R\$148,6 milhões em 2014, 18,4% inferiores aos registrados em 2013.

**Arrendamento e Infraestrutura:** o aumento de 4,3% é inferior à variação da inflação no período. Esse resultado foi influenciado pelo aumento da movimentação observada no Tecon Imbituba e consequente realocação de parte dos pagamentos de tarifas portuárias em custos com movimentação.

**Outros Custos:** apresentaram retração de 8,5% e somaram R\$82,1 milhões. Dentre as principais reduções podemos destacar os menores custos com avarias, manutenção do terminal e processos judiciais.

#### Logística

**Custos com Movimentação (Combustíveis, Fretes e outros custos variáveis):** a redução de 27,1% deve-se a: (i) aumento da frota própria que acarretou a redução da contratação de fretes adicionais de terceiros, serviço muito utilizado durante a segunda metade de 2013; e (ii) redução nos custos com prestação de serviços de captação de contêineres.

**Custos com Pessoal:** em 2014 foram gastos R\$1,5 milhões em outros custos não recorrentes gerados pela reorganização interna e, ajustados por este valor, os custos com pessoal apresentaram redução de 1,0% quando comparados a 2013.

**Outros Custos:** apresentou crescimento de 7,2% em 2014 devido: (i) ao aumento de R\$1,7 milhões em despesas com aluguel; (ii) a custos com destinação de resíduos sólidos R\$1,0 milhão superiores aos apresentados em 2013.

#### Terminal de Veículos

Os custos com movimentação diminuíram 21,9% em 2014, redução próxima à observada na movimentação de veículos e que resultou em decréscimo de 8,2% nos custos totais do Terminal de Veículos.

**Arrendamento e Infraestrutura:** o aumento de 30,0% em relação aos custos apresentados em 2

Investimento	R\$ milhões	Objetivo	Origem dos recursos
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
<b>Tecon Santos</b>	<b>12,2</b>		
Obras civis	5,4	Melhoria de produtividade/segurança	Próprios
Readequação do Tecon Santos	1,2	Melhoria de produtividade	Próprios
Dragagem - Tecon Santos	1,2	Melhoria de produtividade	Próprios
Adequação das Instalações do Tecon (RF)	0,8	Exigência da Receita Federal	Próprios
Projetos diversos	3,7	Manutenção operacional	Próprios
<b>Tecon Imituba</b>	<b>0,9</b>		
Melhorias em aspectos legais	0,4	Exigência da Receita Federal	Próprios
Execução 2º gate e aquisição balança rodoviária	0,3	Melhoria de produtividade	Próprios
Adequações, expansão de área alfandegária	0,1	Melhoria de produtividade	Próprios
Projetos diversos	0,1	Melhoria de produtividade	Próprios
<b>Tecon Vila do Conde</b>	<b>1,6</b>		
Aumento da capacidade operacional pátio de vazios	0,4	Melhoria de produtividade	Próprios
Ampliação do pátio em 10 mil metros	0,2	Exigência da Receita Federal	Próprios
Infraestrutura gate, coletores e equipamentos de rede	0,2	Manutenção operacional	Próprios
Implantação de scanner para contêiner	0,1	Exigência da Receita Federal	Financiamento (FINIMP)
Instalação de postos nos blocos A, B e C	0,1	Melhoria de produtividade/segurança	Próprios
Adequação pátio C conforme fiscalização SEMA	0,1	Exigência da Receita Federal	Próprios
Projetos diversos	0,5	Manutenção operacional	Próprios
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>	<b>2,4</b>		
Iluminação terminal e túnel de luz para vistoria	0,8	Melhoria contínua e aumento do desempenho operacional	Próprios
Equipamentos operacionais	0,7	Manutenção operacional	Próprios
Obras civis	0,9	Melhoria de produtividade/segurança	Próprios
<b>LOGÍSTICA</b>	<b>8,9</b>		
Renovação de frota de equipamentos	5,9	Melhoria contínua e aumento do desempenho operacional	Financiamento (FINIMP)
Obras civis	1,3	Melhoria de produtividade/segurança	Próprios
Scanner para contêiner	0,3	Exigência da Receita Federal	Financiamento (FINIMP)
Projetos diversos	1,4	Melhoria contínua e aumento do desempenho operacional	Próprios
<b>CORPORATIVO</b>	<b>2,5</b>		
Projeto estratégico - Terreno na região de Imituba	2,5	Estratégia da Companhia	Próprios
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>28,6</b>		

**Mercado de Capitais**

**Governança corporativa**  
 Temos o compromisso de buscar permanentemente o aprimoramento de nossas práticas de governança corporativa e de nosso relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, órgãos públicos e empregados, dentre outros envolvidos com nossos negócios. A Companhia está submetida aos requisitos das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA desde 13 de outubro de 2006, data da Oferta Pública Inicial de ações da Santos Brasil S.A., que passou a ser subsidiária integral da Santos Brasil Participações S.A. em outubro de 2007 e cujas ações são negociadas no mesmo segmento desde dezembro de 2007.

Adotamos critérios de transparência e segurança na divulgação de informações, seguindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estabelecendo regras para a divulgação e a manutenção de sigilo sobre informações relevantes. Submetemos à aprovação do Conselho de Administração quaisquer transações que envolvam empresas vinculadas aos acionistas e às partes relacionadas.

Além do Conselho de Administração, a estrutura de governança inclui a Diretoria Estatutária, o Conselho Fiscal e o Comitê de Remuneração, modelo que permite o acompanhamento da gestão e fiscalização do desempenho da Companhia.

Mais alto órgão de governança da Companhia, o Conselho de Administração tem mandato de dois anos, com possibilidade de reeleição. É composto por nove membros titulares, sendo três conselheiros independentes e os demais indicados pelos acionistas controladores, além de seis suplentes.

A Diretoria Estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. É formada por um diretor-presidente, um diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, um diretor de Operação e um diretor Comercial (cargo vago desde de 16 de dezembro de 2014 após a aposentadoria do último ocupante), todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho Fiscal é composto por quatro membros titulares e quatro suplentes, sendo um conselheiro titular e um suplente eleitos pelos acionistas preferencialistas. Possui caráter permanente, com atuação independente da Administração e dos auditores externos da Companhia e é responsável por fiscalizar os atos dos administradores e o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; verificar a qualidade e a integridade dos relatórios e informações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; e examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis do exercício social.

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daqueles constantes do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

**Ética e integridade**  
 Seguimos aprimorando nosso sistema de geração de valor alinhado às práticas da transparência e anticorrupção que estão intrínsecas em nossos valores e constituem uma de nossas questões prioritárias para a sustentabilidade. Desde 2012, possuímos um Código de Conduta com poder de política corporativa que aborda o tema corrupção, questões pertinentes aos direitos humanos e baliza o comportamento ético de todos os funcionários, alinhando a cultura da Empresa nas questões comportamentais e éticas.

O documento é suscrito por 100% dos funcionários no dia da integração, quando também recebem cópia do regulamento de pessoal e instruções operacionais específicas de cada área. Na ocasião, cada funcionário passa ainda por cerca 30 minutos de treinamento sobre Direitos Humanos de um total de seis horas de capacitação, que, além de Código de Conduta e do Regulamento Interno, aborda temas como apresentação da empresa, políticas de gestão de pessoas, sustentabilidade e segurança do trabalho. Assuntos relacionados a direitos humanos são tratados ainda semanalmente nos Diálogos Diretos de Segurança, que têm duração média de 15 minutos. Temos a meta de utilizar outros canais de comunicação para divulgar o tema direitos humanos.

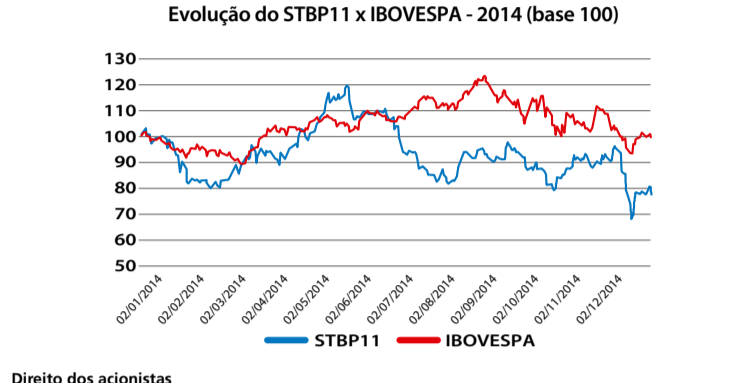
Conforme previsto para 2014 e como parte do Programa de Compliance em desenvolvimento pela Empresa, a alta liderança da Companhia recebeu treinamento na Lei Anticorrupção.

**Evolução das ações**  
 No encerramento de 2014, o valor patrimonial por *Unit* equivalente registrado foi R\$10,73, enquanto o valor de fechamento negociado na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) no dia 30 de dezembro de 2014 foi R\$14,00 (R\$18,94 no ano anterior), atingindo valor de mercado de R\$1.865,0 milhões. No ano, o volume financeiro médio de negociação diária atingiu R\$3,1 milhões.

Por meio da divulgação de fato relevante, demos em abril de 2014 publicidade a uma comunicação enviada pelos acionistas controladores suspendendo por um prazo de dois anos todos os litígios que existem entre eles e, se ao final desse período a Companhia houver cumprido as condições suspensivas, as ações serão definitivamente encerradas. As condições suspensivas são: (i) prévia e efetiva prorrogação, pelo poder concedente, do contrato de arrendamento PRES/69.97, em termos aprovados pelos órgãos deliberativos da SBPAR; (ii) migração da Santos Brasil Participações S.A. para o segmento de listagem Novo Mercado da BM&FBOVESPA, mediante a conversão das ações preferenciais de emissão da SBPAR em ações ordinárias na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial e sem que haja qualquer limitação ao direito de voto dos acionistas da SBPAR.

Em 15 de agosto de 2014, a Companhia divulgou fato relevante comunicando o deliberado na 24ª Reunião Extraordinária da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizada na mesma data e que deliberou sobre a possibilidade de celebração de aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97. Os membros da diretoria da ANTAQ, em síntese, recomendaram a aprovação dos investimentos propostos pela Santos Brasil e reconheceram a possibilidade de celebração de aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97, que contemplaria, ainda, a prorrogação antecipada de seu prazo. Finda a etapa de tramitação na ANTAQ a análise segue na Secretaria Especial de Portos.

Em 14 de abril de 2014, a Companhia cancelou o programa de recompra de ações iniciado em 7 de dezembro de 2013 considerando que o programa de recompra havia cumprido sua finalidade. Ao longo do programa de recompra foram adquiridas: 6.138.745 ações, sendo 1.227.749 ações ordinárias e 4.910.996 ações preferenciais (equivalentes a 1.227.749 *units*).



**Direito dos acionistas**  
 No compromisso com as melhores práticas de governança, a Companhia garante *tag along* de 100% para as ações preferenciais em caso de alienação e/ou mudança de controle, obrigando o adquirente a fazer oferta pública de aquisição de ações em condições idênticas para todos os acionistas.

As ações são negociadas na Bovespa na forma de *Units*, sendo cada *Unit* composta por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais. Os direitos das ações estão previstos nos artigos 5º, 6º e 7º do Estatuto Social da Companhia, que tratam do total do capital social e sua divisão entre ações ordinárias e preferenciais; de preferências e vantagens dos acionistas preferenciais, que, por sua vez, não têm direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral; e da autonomia da Companhia para aumentar seu capital independentemente de decisão da Assembleia até o limite de 2.000.001.000 (dois bilhões e mil) ações, ordinárias e/ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**Auditória independente**  
 As demonstrações financeiras da Santos Brasil e das suas controladas são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses. Assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.

Nesse sentido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão do cumprimento de cláusulas em contratos comerciais; (ii) consultoria em cálculos econômicos; e (iii) revisão de declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica. Tais serviços totalizaram R\$130 mil, que representaram, aproximadamente, 25% dos serviços de auditoria externa contratados para o referido exercício.

Os serviços de revisão do cumprimento de cláusulas em contratos comerciais foram contratados em 1º de julho de 2013 e prestados até 30 de junho de 2014. Os serviços de consultoria em cálculos econômicos foram contratados em 1º de janeiro de 2014 e prestados até 31 de dezembro de 2014. O serviço de revisão de declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica foi contratado em 1º de junho de 2014 e prestado até 30 de setembro de 2014.

Em relação a esses serviços, a Deloitte declarou à Companhia que não existiu qualquer vínculo ou situação de fato que tenha configurado conflito de interesses que inviabilizasse o exercício das suas atividades como auditor da Companhia e de suas controladas de forma independente.

**Desempenho Social**

**Capital humano**  
 A promoção do desenvolvimento profissional e da melhoria da qualidade de vida de nossos funcionários está alinhada aos nossos objetivos estratégicos, uma vez que consideramos o capital humano uma ferramenta essencial para o cumprimento de metas. Saúde e Segurança são questões prioritárias na gestão da Companhia, que encerrou 2014 com 3.639 funcionários, além de 27 estagiários e 59 aprendizes.

Investimos no relacionamento claro e transparente com o público interno e desenvolvemos uma série de ações para incrementar a qualidade de vida de nossos funcionários. Mantemos uma agenda de treinamento frequente e valorizamos a meritocracia, incentivando o recrutamento interno, o que acreditamos levará ao melhor desempenho da Companhia no longo prazo.

Com as melhores práticas no cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, saímos na frente na implantação do eSocial, projeto do governo federal que unificará o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados, e fomos reconhecidos como case de sucesso pela ADP, empresa especializada em soluções de RH que participa do projeto-piloto da Receita Federal para a implantação do sistema.

**Saúde e segurança**  
 O acultamento da Companhia na questão da segurança evoluiu em 2014 com a conclusão de parte do Projeto Atitude Segura. Lançado em setembro de 2013, dentro do Programa Mais Santos Brasil, a iniciativa tem o objetivo de tornar o comportamento seguro um hábito de todos os funcionários, tanto individual como coletivamente.

Dos 13 grupos de trabalho multidisciplinares instituídos pelo programa, que receberam o nome de Movimentos e contaram com a participação de 150 profissionais, nove deles já concluíram seus projetos e entregaram os produtos propostos. Os outros quatro Movimentos concluíram seus planos até março de 2015. A partir daí, encerra-se o Atitude Segura em seu modelo inicial, incorporando-se ao Sistema de Gestão Integrada da Empresa, com metas e indicadores de acompanhamento.

A base de conscientização da Atitude Segura foi a formação dos gestores. De outubro a dezembro de 2014, os principais líderes da Empresa receberam 16 horas de formação no tema. Neste ano terá início um treinamento mais complexo, com 94 horas de duração a ser aplicado a cerca de 80 gestores ao longo de três anos.

Abraçando todos os níveis da Companhia, outro avanço no acultamento da segurança em 2014 veio com o aumento no número de edições da Semana Atitude Segura, a antiga Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho (SIPTAT), que era anual e passou a acontecer trimestralmente em todas as unidades. Em 2014, os eventos atingiram mais de 9 mil pessoas, entre empregados próprios, terceirizados e avulsos, e contaram com palestras sobre saúde ocupacional e meio ambiente, simulados de emergência e inspeções nas áreas operacionais.

	2014	2013	
Número de funcionários	3.639	3.867	
<i>Turnover</i>	11,0%	12,0%	
<i>Turnover</i> por localização geográfica	São Paulo	10,2%	15,2%
	Pará	21,6%	20,2%
	Santa Catarina	13,2%	16,9%
Distrito Federal	0,0%	0,0%	
Investimento em treinamento (R\$ milhões)	R\$0,97	R\$2,27	
Fundos de seguridade	Previdência Privada	Previdência Privada	
	Outros planos sociais	N/A	N/A
Nível educacional	Sem escolaridade	1	1
	Ensino Fundamental incompleto	66	166
	Ensino Fundamental completo	314	171
	Ensino Médio incompleto	114	112
	Ensino Médio completo	2.396	2.617
	Técnico incompleto	16	20
	Técnico completo	135	154
Superior incompleto	129	20	
Superior completo	411	405	
Pós-graduação	54	50	
Mestrado	3	4	

**Desempenho Ambiental**

**Gestão da sustentabilidade**  
 O Comitê de Sustentabilidade da Santos Brasil definiu indicadores-chaves para cada uma das questões avaliadas como prioritárias na gestão da sustentabilidade. Foram reavaliados os aspectos considerados relevantes no levantamento realizado em 2012 com *stakeholders* estratégicos e seguem como prioridade os temas: Segurança do Trabalho; Desenvolvimento Local; Emissões e Água; e Transparência e Práticas Anticorrupção.

Cientes da importância das políticas para a melhoria da qualidade ambiental, a Companhia considera o tema energias renováveis uma das quatro prioridades de sua gestão para a sustentabilidade, definidas após diagnóstico de possíveis impactos negativos e oportunidades de atuação nas localidades onde está presente. Dessa forma, dedica especial atenção aos indicadores relacionados a energia, emissões atmosféricas e água. Realiza ainda o mapeamento e o monitoramento dos riscos ambientais associados ao negócio, acompanhando os requisitos legais aplicáveis durante reuniões mensais e em treinamento de funcionários e terceiros. Em 2014, deu início ao processo de certificação na norma ISO 14001, de Gestão Ambiental, dos terminais de contêineres de Imituba e Vila do Conde e das unidades operacionais da Santos Brasil Logística, Tecon Santos e TEV já são certificados.

A Companhia tem como política investigar e monitorar os incidentes e desvios ambientais, bem como definir e tratar ações mitigatórias com a participação de todos e o suporte da área de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente (QSSMA), criada em 2013 para integrar a gestão desses aspectos. Adicionalmente, todas as propostas de serviços da Companhia são analisadas pela área de Meio Ambiente antes da elaboração dos contratos. A implantação de sistemática de comunicação, registro, investigação e tratamento de incidentes ambientais resultou em queda das ocorrências nos últimos três anos. No Tecon Santos, por exemplo, os incidentes ambientais caíram de 53 em 2012, para 40 em 2013 e 17 em 2014.

Finalizada em 2013, a substituição de lâmpadas fluorescentes e vapores metálicos por lâmpadas LED (*Light Emitting Diode*) nos gates de entrada e prédios administrativos do Tecon Santos levou a redução de energia na ordem de 17,65%, além de queda de 10,58% nas emissões de CO<sub>2</sub>e. Prevista para 2014, a substituição da iluminação em outras unidades foi adiada para 2015 em razão de ajuste no plano de investimentos. Consideradas ecologicamente corretas, as lâmpadas LED duram em média cinco vezes mais que as convencionais. Em 2015, temos ainda planos de desenvolver controles que apontem a energia economizada com melhorias de conservação e eficiência energética.

No ano, as emissões de gases de efeito estufa totalizaram 115,64 quilogramas de CO<sub>2</sub>e por TEU movimentado nos terminais portuários e nos CLUs da Logística, de 1,03 quilograma de CO<sub>2</sub>e por quilômetro rodado nas operações do TTR; de 1,95 quilograma de CO<sub>2</sub>e por palete movimentado nas operações dos CDs.

No consolidado, a Companhia emitiu 7,9% menos gases de efeito estufa que no ano anterior, totalizando 36.016,81 toneladas de CO<sub>2</sub>e.

A Companhia busca a eficiência de suas operações para reduzir as emissões atmosféricas. Todos os veículos passam anualmente por testes de opacidade que garantem nível mínimo de emissão de poluentes. Os carros de passeio são abastecidos com etanol e 90% da frota de caminhões utiliza o diesel S-10 que, em comparação com o diesel S-50 disponível no mercado, tem redução de 80% do particulado de enxofre disperso na atmosfera. Em 2014, a Companhia adquiriu 21 caminhões que dispõem de sistema de pós-tratamento de gases com redução catalítica seletiva (SCR), utilizam biodiesel como combustível e aditivos com agente redutor líquido de NOx automotivo, produto composto por ureia e água, não inflamável e não tóxico, que contribui para a redução no consumo de óleo diesel.

Dentre as ações para o menor consumo de água, destaca-se a lavagem a seco dos caminhões. A prática começou a ser utilizada nos 143 caminhões e 233 semirreboques próprios no segundo semestre de 2014. Trata-se de um modelo terceirizado, no qual funcionários de uma empresa especializada higienizam os veículos com a aplicação manual de produtos biodegradáveis que não agredem o meio ambiente. O procedimento gera uma economia de aproximadamente 110 mil litros de água por semana.

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

Ativos	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	171.689	107.285	218.409	122.987
Contas a receber	9	56.026	104.095	86.042	139.935
Estoques		19.353	15.668	21.547	17.613
Ativo fiscal corrente	11	15.130	16.531	16.409	18.187
Dividendos a receber		11.460	5.141	-	-
Despesas pagas antecipadamente		814	758	1.359	1.238
Operações com <i>swap</i>	28.b.1)	1.423	3.111	1.654	3.374
Mútuo a receber	7.a)	5.951	-	-	-
Outros ativos		5.435	1.852	8.242	2.567
Total dos ativos circulantes		287.281	254.441	353.662	305.901
<b>Não circulantes</b>					
Contas a receber	9	49.441	40.625	49.441	40.625
Depósitos judiciais	17	199.238	191.429	208.542	198.074
Ativo fiscal diferido	25.b)	-	-	307	256
Precatórios a receber	10	-	-	4.310	4.053
Outros ativos		16.526	16.386	17.872	17.201
Investimentos	12	435.191	405.988	-	-
Ativo imobilizado	13	884.771	954.486	1.054.088	1.130.366
Ativo intangível	14	254.112	281.314	473.904	510.154
Total dos ativos não circulantes		1.839.279	1.890.228	1.808.464	1.900.729
<b>Total dos ativos</b>		2.126.560	2.144.669	2.162.126	2.206.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Circulantes</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	100.213	132.269	114.644	147.847
Debêntures	16	43.352	-	43.352	-
Fornecedores		35.615	59.981	51.151	78.928
Salários e obrigações sociais		20.316	39.487	33.461	51.591
Impostos, taxas e contribuições		11.838	16.198	18.369	22.110
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		40.054	60.054	40.054	60.054
Mútuo a pagar	7.a)	69.199	46.145	-	-
Outras contas a pagar		46	61	48	65
Total dos passivos circulantes		320.633	354.195	301.079	360.595
<b>Não circulantes</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	120.406	149.300	140.163	173.847
Debêntures	16	59.790	-	59.790	-
Fornecedores	17.f)	15.021	23.681	15.021	23.681
Impostos diferidos sobre precatórios		-	-	1.466	1.378
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17	122.561	107.941	134.325	117.059
Passivo fiscal diferido	25.b)	32.391	33.769	47.564	48.657
Passivos atuariais - benefício pós-emprego	27	13.790	9.508	16.067	10.711
Outros passivos		12.807	18.306	17.490	22.733
Total dos passivos não circulantes		376.766	342.505	431.886	398.066
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	19.a)	1.071.077	1.071.077	1.071.077	1.071.077
Reserva de capital	19.b)	64.711	59.210	64.711	59.210
Reserva de lucros	19.c)	287.652	283.228	287.652	283.228
Dividendo adicional proposto	19.d)	8.738	35.401	8.738	35.401
Outros resultados abrangentes	19.e)	(3.017)	(947)	(3.017)	(947)
Total do patrimônio líquido		1.429.161	1.447.969	1.429.161	1.447.969
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		2.126.560	2.144.669	2.162.126	2.206.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações do Resultado**

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Receita líquida</b>	20	678.263	1.045.751	1.003.545	1.377.354
<b>Custo dos serviços prestados</b>	21	(479.254)	(562.155)	(713.730)	(802.474)
<b>Lucro bruto (Despesas) receitas operacionais</b>		199.009	483.596	289.815	574.880
Despesas com vendas	21	(24.352)	(32.606)	(39.689)	(48.934)
Despesas gerais e administrativas	21	(76.892)	(94.861)	(94.861)	(128.498)
Amortização de ativo		(15.617)	(15.617)	(15.617)	(15.617)
Equivalência patrimonial		38.299	32.892	-	-
Outras receitas operacionais	22	13.201	9.455	14.189	11.989
Outras despesas operacionais	22	(632)	(373)	(1.173)	(1.399)
Total		(65.993)	(113.157)	(137.151)	(182.459)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		133.016	370.439	152.664	392.421
<b>Resultado financeiro</b>					

**1. Contexto Operacional**  
**A Santos Brasil Participações S.A.** ("Companhia"), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objeto social a exploração, como acionista, de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins.  
 Em 24 de outubro de 2007, por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Santos-Brasil S.A. ("Santos-Brasil"), foi aprovada a compra da totalidade das ações de emissão da Alphapart Participações S.A., empresa aberta desde 1998, a qual jamais exerceu qualquer atividade operacional para que viesse a funcionar como sociedade *holding*, com a nova denominação de Santos Brasil Participações S.A. Foi aprovada, em ato subsequente, a incorporação da Companhia, da totalidade das ações de emissão da Santos-Brasil, que passou a ser sua controladora integral.  
 A incorporação foi efetuada em definitivo, em dezembro de 2011, resultando no aumento de capital da Companhia para R\$1.042.070, dividido em 655.776.449 ações, sendo 452.567.461 ações ordinárias e 203.208.988 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, atribuídas aos acionistas da Santos-Brasil, em substituição àquelas que estes detinham, observada a relação de uma ação de emissão da Companhia para cada ação da Santos-Brasil.  
 As *units* são negociadas pelo ticker STBP11 na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA, sob observância das Práticas de Governança Corporativa - Nível 2.  
 Em 15 de setembro de 2011, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a operação de incorporação da Santos-Brasil, seguida da incorporação da parcela cindida. Nessa mesma Assembleia foi aprovada a incorporação da Nara Valley Participações S.A. ("Nara Valley").  
 A parcela cindida e incorporada da Santos-Brasil consistiu em todos os bens móveis e imóveis, direitos e obrigações, passando a ser a filial operacional Tecos Santos ("Tecos Santos"), remanescente na Santos-Brasil apenas o caixa no montante de R\$10 e o capital social de valor correspondente. Dessa forma, a Santos-Brasil continua como companhia aberta, sem solidariedade com a incorporadora, uma vez que ficou definido que a incorporadora será responsável por todas as obrigações que competiam à Santos-Brasil, não remanescente na Santos-Brasil nenhuma obrigação.  
 Em decorrência da incorporação, a Nara Valley foi extinta, sendo sucedida pela incorporadora a título de incorporação da Santos S.A. ("TVS").

Em 19 de dezembro de 2011, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias, as controladas Santos-Brasil e Mesquita S.A. e Novasport e Serviços passaram a ser denominadas Numerol 80 Participações S.A. ("Numerol 80") e Nova Logística S.A. ("Nova Logística"), respectivamente.  
 Em 20 de março de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a alteração da razão social da sua controlada Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A., que passou a ser denominada Terminal de Veículos de Santos S.A. ("TVS").  
 Em 18 de fevereiro de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da razão social da sua controlada Nara Valley para Nara Valley Logística S.A. ("Nara Valley Logística").  
**a) Contexto operacional da filial operacional Tecos Santos**  
 A filial operacional Tecos Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de melhorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 de Concorrência nº 01/07 - Administração do porto.  
 Em janeiro de 2010, a filial operacional Tecos Santos inaugurou a área denominada Tecon 4, representada por um terreno de 715 mil metros quadrados, com uma área de 596,715 m² e a construção de mais um berço, originada do aditivo ao contrato de arrendamento celebrado em julho de 2006.  
 Em agosto de 2013, a Companhia protocolou na Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, a proposta para prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento PRES/69.97.  
 Em agosto de 2014, foi realizada a 24ª Reunião Extraordinária de Diretoria da ANTAQ, que deliberou a possibilidade de celebração de aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97, firmado entre a Companhia e a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.  
 Finda a etapa de tramitação na ANTAQ, a análise prossegue na Secretaria Especial de Portos - SEP na forma do artigo 57 da Lei nº 12.515/2012.  
**b) Contexto operacional da filial operacional Tecos Imbituba ("Tecos Imbituba")**  
 A filial operacional Tecos Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de melhorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 de Concorrência nº 01/07 - Administração do porto.  
 Essa filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de junho de 2007 a junho de 2032, por meio de operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de páios e armazém e com atração preferencial em berço contíguo aos berços da Tecon Imbituba.  
**c) Contexto operacional da controlada Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brazil Logística")**  
 A controlada Santos Brasil Logística, anteriormente denominada Nova Logística S.A., tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada e de desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação e exportação e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de *drawback* em seus dois Centros Logísticos Alfandegados - CLAs.  
**d) Contexto operacional da controlada Terminal de Veículos de Santos S.A. ("TVS")**  
 Em janeiro de 2010, a controlada TVS, por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, visando à movimentação e armazenagem de veículos, relativos à exportação, importação e cabotagem, nos termos do contrato de arrendamento celebrado naquela data.  
 Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao TEV, já previsto no contrato de arrendamento, contendo aproximadamente 27.500 m², mediante a solicitação e aprovação da Administração do porto.  
**e) Contexto operacional da controlada Vila do Conde S.A. ("Convicon")**  
 A controlada Vila do Conde tem por objeto a exploração comercial do Terminal portuário do Terminal de Contêineres de Ilhéu do Conde, no município de Barcarena no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do Contrato nº 14/03, que, até então, era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e atualização de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins, que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de melhorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial de berço de uso próprio até o mês de dezembro de 2011, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.  
 Em novembro de 2014, a Companhia protocolou na SEP, a proposta para prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento CDP 14/2003.  
**f) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Tecon 1 com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**  
 A filial operacional Tecon Santos, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso referente ao lance no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período, conforme contrato inicial), corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Precos de Mercado - IGP-M, as quais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, por se tratar de um arrendamento operacional.  
 Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.  
 Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de embarques e desembarques nas operações dos navios. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% do somatório das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.  
 Em razão do Primeiro Aditamento ao contrato original, assinado em 3 de julho de 2006, vigorou a MMC de 653.000 contêineres até o mês de maio da obtenção da Licença de Instalação ("LI") fornecida pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, referente à área acrescida pela Tecon 4, que se deu em 19 de outubro de 2007. A partir do 49º mês, ou seja, 19 de outubro de 2011, a MMC passou a ser de 513.000 contêineres por ano. Esse aditamento incluiu nas MMCs supramencionadas a meta de 70.000 contêineres na movimentação na navegação por cabotagem.  
 O contrato de exploração prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores adicionais por contêiner movimentado acima de duas vezes a MMC, conforme nota explicativa nº 18.b).  
 As instalações em exploração e os bens de propriedade da CODESP, em utilização pela filial, devem ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, tais como equipamento e software, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança, sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CODESP após o término da exploração do contrato.  
**g) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Tecon Imbituba com a SCPAR Porto de Imbituba S.A. - SCPAR, sucessora da Companhia Docas de Imbituba - CDI**  
 A filial operacional Tecon Imbituba, compondo a parcela física do arrendamento, tem o compromisso de pagamento mensal pelo uso da área total arrendada, conforme nota explicativa nº 18.b).  
 O compromisso de investimentos mínimos contempla obras de ampliação da retroárea e bem como construção de área administrativa, gates e armazém, obras de reforço e contenção de bacia, e expansão do sistema de comunicação, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança, sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDI após o término da exploração do contrato.  
 O compromisso de manutenção mínima contempla obras de ampliação da retroárea e bem como construção de área administrativa, gates e armazém, obras de reforço e contenção de bacia, e expansão do sistema de comunicação, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança, sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDI após o término da exploração do contrato.  
 O compromisso de manutenção mínima contempla obras de ampliação da retroárea e bem como construção de área administrativa, gates e armazém, obras de reforço e contenção de bacia, e expansão do sistema de comunicação, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança, sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDI após o término da exploração do contrato.  
**h) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Convicon com a Companhia Docas do Pará - CDP**  
 A Convicon tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de, pelo menos, 20.000 m² do lote A e aquisição de equipamentos necessários para que este esteja apto a movimentar, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato.  
 Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração da Convicon, a controlada está obrigada a efetuar o pagamento de aluguel por uso de uma instalação de armazenamento de carga unitizada, conforme nota explicativa nº 18.b). As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e software, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término da exploração do contrato.  
**i) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da TVS com a CODESP**  
 A TVS tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo Terminal de 182.931 veículos no segundo ano de atividade, 114.147 veículos no terceiro ano de atividade, 250.691 veículos no quarto ano de atividade, 293.470 veículos no quinto ano de atividade e 300.000 veículos a partir do sexto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 18.b).  
 O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao Terminal e ao cais público e a construção de *gate* e guarita para acesso interno do Terminal.  
 Compondo a parcela mensal do arrendamento, existem os compromissos de pagamento pelo uso da área total arrendada e da infraestrutura. Existe, também, o compromisso de pagamento por veículo movimentado, conforme nota explicativa nº 18.b).  
**j) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Convicon com a Companhia Docas do Pará - CDP**  
 A Convicon tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de, pelo menos, 20.000 m² do lote A e aquisição de equipamentos necessários para que este esteja apto a movimentar, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato.  
 Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração da Convicon, a controlada está obrigada a efetuar o pagamento de aluguel por uso de uma instalação de armazenamento de carga unitizada, conforme nota explicativa nº 18.b). As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e software, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término da exploração do contrato.  
**k) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da TVS com a CODESP**  
 A TVS tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo Terminal de 182.931 veículos no segundo ano de atividade, 114.147 veículos no terceiro ano de atividade, 250.691 veículos no quarto ano de atividade, 293.470 veículos no quinto ano de atividade e 300.000 veículos a partir do sexto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 18.b).  
 O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao Terminal e ao cais público e a construção de *gate* e guarita para acesso interno do Terminal.  
 Compondo a parcela mensal do arrendamento, existem os compromissos de pagamento pelo uso da área total arrendada e da infraestrutura. Existe, também, o compromisso de pagamento por veículo movimentado, conforme nota explicativa nº 18.b).  
**l) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Convicon com a Companhia Docas do Pará - CDP**  
 A Convicon tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de, pelo menos, 20.000 m² do lote A e aquisição de equipamentos necessários para que este esteja apto a movimentar, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato.  
 Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração da Convicon, a controlada está obrigada a efetuar o pagamento de aluguel por uso de uma instalação de armazenamento de carga unitizada, conforme nota explicativa nº 18.b). As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e software, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término da exploração do contrato.  
**m) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da TVS com a CODESP**  
 A TVS tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo Terminal de 182.931 veículos no segundo ano de atividade, 114.147 veículos no terceiro ano de atividade, 250.691 veículos no quarto ano de atividade, 293.470 veículos no quinto ano de atividade e 300.000 veículos a partir do sexto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 18.b).  
 O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao Terminal e ao cais público e a construção de *gate* e guarita para acesso interno do Terminal.  
 Compondo a parcela mensal do arrendamento, existem os compromissos de pagamento pelo uso da área total arrendada e da infraestrutura. Existe, também, o compromisso de pagamento por veículo movimentado, conforme nota explicativa nº 18.b).

**2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis**  
**a) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas**  
 As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:  
 • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.  
 • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.  
**b) Moeda funcional e de apresentação**  
 As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.  
**c) Uso de estimativas e julgamentos**  
 A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e de acordo com as IFRS e as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de certas demonstrações contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.  
 Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas estão incluídas nas notas e demonstrações contábeis consolidadas.  
**3. Principais Políticas Contábeis**  
 As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e por suas controladas, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.  
**a) Base de consolidação**  
 Transações eliminadas na consolidação  
 Transações eliminadas na consolidação são aquelas que representam receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira que são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.  
**b) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas**  
 • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.  
 • Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente.

• Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios realizados nas empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.  
**b) Moeda estrangeira**  
 Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio aplicada nas datas das transações. O ganho ou a perda cambial em itens a moeda funcional é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação.  
**c) Instrumentos financeiros e de patrimônio**  
**Ativos financeiros não derivativos**  
 A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados, menos os custos de transação e o custo amortizado ao longo do período de duração do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.  
 A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são transferidos. Eventual participação criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.  
 A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:  
 • Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado  
 Um ativo financeiro é designado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.  
 • Emprestimos e recebíveis  
 São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas e precatórios, saldos de caixa.  
**Caixa e equivalentes de caixa**  
 Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos, que tenham de ser pagos à vista e que fazem parte integrante da gestão de caixa, são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.  
**Passivos financeiros não derivativos**  
 A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.  
 Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando os ativos e passivos são compensados e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.  
 Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros.  
 A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures; fornecedores; e outras contas a pagar.  
**Capital social**  
**Ações ordinárias e preferenciais**  
 Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.  
 O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.  
**Ativos e passivos não financeiros**  
 Ativos e passivos não financeiros são reconhecidos em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.  
**Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge**  
 Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.  
**Instrumentos de patrimônio**  
 A compra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda e emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.  
**Estoque**  
 Estoque é representado por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.  
**Investimentos**  
 Os investimentos em controladas e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo, ou que estejam sob controle comum, são avaliados pela equivalência patrimonial.  
**Imobilizado**  
**Ativo intangível e mensuração**  
 Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.  
 O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.  
**Ativo intangível**  
 Ativos intangíveis são aqueles que não são imobilizados em diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.  
 Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.  
**Custos subsequentes**  
 O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja comprovado que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo seja superior ao custo médio de aquisição, o qual o valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.  
**Depreciação**  
 Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um ativo imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento.  
**Benefícios em imóveis de terceiros**  
 1 a 25 anos  
 Equipamentos de movimentação de carga 1 a 23 anos  
 Equipamentos de informática 5 anos  
 Máquinas, equipamentos e acessórios 10 anos  
 Instalações, móveis e utensílios 10 anos  
 Veículos 5 anos  
 Imóveis 46 anos  
 Outros itens 10 anos  
 Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.  
**Ativos Intangíveis e Ativo**  
**Ativo Intangível**  
 O ativo intangível na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis consolidadas.  
 O intangível de concessão é medido pelo custo e amortizado pelo prazo de concessão. O intangível de concessão sem vida útil definida é adquirido e deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se necessário.  
**Intangível de concessão**  
 O intangível de concessão é a aquisição de entidades que detêm direitos de exploração é amortizado pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.  
**Concessões de serviços públicos**  
 As filiais e controladas da Companhia, Tecos Santos, Tecos Imbituba, TVS e Convicon, possuem concessões de serviços públicos decorrentes dos contratos de arrendamento, conforme notas explicativas nº 1 e nº 14. Essas filiais e controladas atuam sob o regime de concessão; entretanto, suas atividades não se enquadram nas normas das interpretações técnicas ICPs 01 e 17 - Contratos de Concessão Internacional (*Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC 12*), em virtude dos preços dos serviços prestados não serem regulamentados e/ou controlados pelo poder concedente.  
**Outros ativos intangíveis**  
 Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.  
**Custos subsequentes**  
 Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos e passivos que se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.  
**Amortização**  
 Calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.  
 A amortização e reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não são ativos de vida útil definida, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.  
 As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:  
 Direitos de exploração 25 anos  
 Direitos de exploração 10 a 22 anos  
 Software nas aquisições 10 anos  
**h) Ativos arrendados**  
 Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor justo ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.  
 Os contratos de arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.  
**i) Redução ao valor recuperável (impairment)**  
 Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação das demonstrações contábeis para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado com base na mesma metodologia.  
 O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo. Para fins de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados em unidades de ativos que não são ativos de vida útil definida, a menos que exista evidência convincente de que os fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC). Para fins de teste do valor recuperável do ativo, o montante do ativo por expectativa de rentabilidade futura foi alocado à UGC do segmento de negócio logística, conforme nota explicativa nº 31. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ativo é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com a norma IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento.  
 Os ativos que não podem ser testados individualmente são avaliados com base na mesma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.  
**j) Benefícios a empregados**  
**Transações de pagamentos baseadas em ações**  
 O valor justo de benefícios de pagamentos baseados em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com o correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os benefícios econômicos são reconhecidos pelo empregado. O valor reconhecido como despesas alocadas para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*nonvesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições, menos o benefício de prêmio de aquisição não adquirido e os benefícios esperados e reais.  
**Benefícios de término de vínculo empregatício**  
 Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de incentivo financeiro para aceitar a demissão voluntária e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.  
**Benefícios de curto prazo a empregados**  
 Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são classificadas como passivos de curto prazo de acordo com o direito a benefícios. O valor reconhecido como despesas alocadas para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*nonvesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições, menos o benefício de prêmio de aquisição não adquirido e os benefícios esperados e reais.  
**Benefícios de término de vínculo empregatício**  
 Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de incentivo financeiro para aceitar a demissão voluntária e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.  
**Benefícios de curto prazo a empregados**  
 Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são classificadas como passivos de curto prazo de acordo com o direito a benefícios. O valor reconhecido como despesas alocadas para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*nonvesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições, menos o benefício de prêmio de aquisição não adquirido e os benefícios esperados e reais.  
**Benefícios de término de vínculo empregatício**  
 Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de incentivo financeiro para aceitar a demissão voluntária e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.  
**Benefícios de curto prazo a empregados**  
 Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são classificadas como passivos de curto prazo de acordo com o direito a benefícios. O valor reconhecido como despesas alocadas para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*nonvesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições, menos o benefício de prêmio de aquisição não adquirido e os benefícios esperados e reais.  
**Benefícios de término de vínculo empregatício**  
 Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de incentivo financeiro para aceitar a demissão voluntária e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.  
**Benefícios de curto prazo a empregados**  
 Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são classificadas como passivos de curto prazo de acordo com o direito a benefícios. O valor reconhecido como despesas alocadas para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*nonvesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições, menos o benefício de prêmio de aquisição não adquirido e os benefícios esperados e reais.  
**Benefícios de término de vínculo empregatício**  
 Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de incentivo financeiro para aceitar a demissão voluntária e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.  
**Benefícios de curto prazo a empregados**  
 Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são classificadas como passivos de curto prazo de acordo com o direito a benefícios. O valor reconhecido como despesas alocadas para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*nonvesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições, menos o benefício de prêmio de aquisição não adquirido e os benefícios esperados e reais.  
**Benefícios de término de vínculo empregatício**  
 Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de incentivo financeiro para aceitar a demissão voluntária e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.  
**Benefícios de curto prazo a empregados**  
 Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são classificadas como passivos de curto prazo de acordo com o direito a benefícios. O valor reconhecido como despesas alocadas para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*nonvesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições, menos o benefício de prêmio de aquisição não adquirido e os benefícios esperados e reais.  
**Benefícios de término de vínculo empregatício**  
 Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de incentivo financeiro para aceitar a demissão voluntária e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.  
**Benefícios de curto prazo a empregados**  
 Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são classificadas como passivos de curto prazo de acordo com o direito a benefícios. O valor reconhecido como despesas alocadas para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*nonvesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições, menos o benefício de prêmio de aquisição não adquirido e os benefícios esperados e reais.  
**Benefícios de término de vínculo empregatício**  
 Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de incentivo financeiro para aceitar a demissão voluntária e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.  
**Benefícios de curto prazo a empregados**  
 Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são classificadas como passivos de curto prazo de acordo com o direito a benefícios. O valor reconhecido como despesas alocadas para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado

**e) Avas e fianças**

A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue:  
 • Carta de fiança referente ao contrato com a Companhia de Docas do Pará - CDP, para a Convicon, no montante de R\$384.  
 • Fiança do contrato de aluguel do Centro de Distribuição - CD, para a Santos Brasil Logística, no montante de R\$840.  
 • Aval da aquisição de empilhadeiras - reach stacker, para a Santos Brasil Logística, no montante de R\$1.300.000, equivalente a R\$4.195.  
 • Aval da aquisição de semirreboques, para a Santos Brasil Logística, no montante de R\$6.402.  
 • Aval da aquisição de cavalos mecânicos, para a Santos Brasil Logística, no montante de R\$4.137.  
 • Aval da aquisição de empilhadeiras elétricas e paletes, para a Santos Brasil Logística, no montante de R\$2.333.  
 • Aval da aquisição de empilhadeira para contêineres vazios, para a Convicon, no montante de R\$178.000, equivalente a R\$574.  
 • Aval da aquisição de caminhões, para a Convicon, no montante de R\$361.

**f) Controladores**

O grupo controlador, estruturado de acordo com o Edital de Leilão PND/MT/CODESP nº 01/97, cláusula 5.2.2, é composto dos acionistas *International Markets Investments C.V.*, *Multi STS Participações S.A.*, *Brasil Terminis S.A.*. Não houve nenhuma transação com o grupo controlador.

**8. Caixa e Equivalentes de Caixa e Natureza das Aplicações Financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e saldo em bancos	7.371	16.807	12.172	21.482
Aplicações financeiras	164.318	90.478	206.237	101.505
Total	171.689	107.285	218.409	122.987

**b) Natureza das aplicações financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento	101,75	Indeterminado	164.318	90.478
Total			164.318	90.478

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Investimentos mantidos para negociação:				
CDs	100,10	02/06/2014	-	3.351
Fundos de investimento	101,68	Indeterminado	206.237	98.154
Total			206.237	101.505

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2014 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

**9. Contas a Receber de Clientes**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
No País	65.009	114.420	65.009	114.420
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.983)	(10.325)	(8.983)	(10.325)
Total	56.026	104.095	56.026	104.095

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
No País	95.939	151.732	95.939	151.732
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.897)	(11.977)	(9.897)	(11.977)
Total	86.042	139.935	86.042	139.935

Em 31 de dezembro de 2014, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$2.914, referente aos valores a receber entre a Companhia e sua controlada Santos Brasil Logística, decorrente do faturamento de prestação de serviço portuário, conforme a nota explicativa nº 7.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Créditos a vencer	32.520	48.682	32.520	48.682
Créditos em atraso até 60 dias	9.469	45.520	9.469	45.520
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	2.993	3.532	2.993	3.532
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	3.610	5.327	3.610	5.327
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	3.069	8.184	3.069	8.184
Créditos em atraso há mais de 361 dias	13.348	3.175	13.348	3.175
Total	65.009	114.420	65.009	114.420

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Créditos a vencer	53.446	71.048	53.446	71.048
Créditos em atraso até 60 dias	16.426	52.255	16.426	52.255
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	2.950	5.617	2.950	5.617
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	4.148	9.111	4.148	9.111
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	3.952	9.753	3.952	9.753
Créditos em atraso há mais de 361 dias	15.017	3.948	15.017	3.948
Total	95.939	151.732	95.939	151.732

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda, os quais, no consolidado, totalizavam R\$23.117 em 31 de dezembro de 2014 (R\$22.812 em 31 de dezembro de 2013). Deste montante, excluem-se: (i) os créditos em cobrança sem risco de perda; e (ii) os depósitos não identificados; resultando, assim, no valor final consolidado de R\$9.897 (R\$11.797 em 31 de dezembro de 2013).

Na comparação com 31 de dezembro de 2013, observa-se uma redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$1.901, ressaltando que desse total, R\$835 são títulos efetivamente recebidos, os demais valores relacionados à redução referem-se principalmente a refaturamentos, variações em depósitos não identificados, e variação nas baixas para incobráveis.

A baixa de créditos vencidos é efetuada conforme determina o artigo 9º, § 1º, inciso II, e § 7º, inciso II da Lei nº 9.430/96.

**b) Não circulante**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
No País	49.441	40.623	49.441	40.623

O montante classificado como não circulante refere-se aos créditos em discussão judicial relacionados aos TRAs não objetos da reversão da provisão para contingência, conforme descrito na nota explicativa nº 17.(a).

**10. Precatórios - Consolidado**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo não circulante:				
Precatórios a receber	4.310	4.053	4.310	4.053
Passivo não circulante:				
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	3.448	3.243	3.448	3.243

(\*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica "Outras obrigações", no passivo não circulante.

A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2014 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconstituído no ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o valor do passivo não circulante foi ajustado, principalmente considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Santos Brasil Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

**11. Ativo Fiscal Corrente**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.408	1.710	1.408	1.710
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	13.686	14.807	13.686	14.807
Outros	36	14	36	14
Total do circulante	15.130	16.531	15.130	16.531

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
IRRF	1.600	1.839	1.600	1.839
IRPJ e CSLL	13.958	15.705	13.958	15.705
Créditos de Programa de Integração Social - PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	136	136	136	136
Outros	715	507	715	507
Total do circulante	16.409	18.187	16.409	18.187

A Companhia tinha registrado, em 31 de dezembro de 2014, créditos de IRRF no total de R\$1.408 (R\$1.710 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes, principalmente, de aplicações financeiras.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$13.958 (R\$15.705 em 31 de dezembro de 2013), referem-se, principalmente, a Companhia, sendo decorrentes de pagamentos efetuados no exercício, como antecipações nas apurções mensais. Tais créditos serão compensados nas apurções do exercício.

**12. Investimentos - Controladora**

**a) Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Participações em controladas	435.191	405.988	435.191	405.988

**b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2012**

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Pará Brasil Logística S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos S.A.	Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	108	40	24.282	158.996	235.420	418.864		
Aporte de capital	200	25	34	-	-	259		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.500	-	-	1.500		
Equivalência patrimonial	(119)	(26)	(10.467)	21.858	21.646	32.892		
Dividendo adicional proposto em 2012 e pago em 2013	-	-	-	(11.439)	(15.357)	(26.796)		
Dividendo complementar conforme AGO de 25 de março de 2013	-	-	-	(5.084)	(5.084)			
Dividendos intermediários	-	-	-	(10.988)	(10.988)			
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.141)	(5.141)			
Programa de opção de ações	-	-	23	109	132			
Passivo atuarial	-	-	101	251	16	368		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	189	39	15.473	153.703	236.584	405.988		

**c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2013**

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Pará Brasil Logística S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos S.A.	Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	189	39	15.473	153.703	236.584	405.988		
Aporte de capital	-	-	4.200	-	-	4.200		
Capitalização do Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(1.500)	-	-	(1.500)		
Equivalência patrimonial	(100)	(23)	(9.830)	28.732	19.520	38.299		
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(6.824)	(4.636)	(11.460)			
Programa de opção de ações	-	-	(8)	70	62			
Passivo atuarial	-	-	(22)	(371)	(5)	(398)		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	89	16	8.313	175.310	251.463	435.191		

**d) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2014**

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Pará Brasil Logística S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos S.A.	Santos S.A.	Total
Capital social	500	300	71.010	126.374	201.051			
Quantidade de ações possuídas:								
Ordinárias	345.100	299.999	71.010.000	115.935.256	204.269.217			
Preferenciais	154.900	-	-	-	115.935.255			
(Prejuízo) lucro do período	(100)	(23)	(9.830)	28.732	19.520			
Patrimônio líquido	89	16	8.313	175.310	251.463			
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100			
Participação no patrimônio líquido	89	16	8.313	175.310	251.463			
Ativo circulante	89	16	6.734	72.018	78.014			
Ativo não circulante	-	-	29.581	191.742	183.053			
Total do ativo	89	16	36.315	263.760	261.067			
Passivo circulante	-	-	15.138	46.304	9.494			
Passivo não circulante	-	-	12.864	42.146	110			
Total do passivo	-	-	28.002	88.450	9.604			
Receita líquida	-	-	35.891	242.043	58.146			
(Prejuízo) lucro do exercício	(100)	(23)	(9.830)	28.732	19.520			

A data de encerramento social das controladas é a mesma da controladora.

**13. Imobilizado**

	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido 31/12/2014	Valor líquido 31/12/2013
Beneficiárias em imóveis de terceiros	5,7	848.844	(264.119)	584.725	622.448
Equipamentos de movimentação de carga	7,6	530.599	(315.581)	215.018	241.442
Imobilizações em andamento (*)	-	21.397	-	21.397	28.113
Equipamentos de informática	20	32.972	(23.789)	9.183	6.401
Terrenos	-	36.553	-	36.553	36.553
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	23.960	(10.676)	13.284	13.998
Instalações, móveis e utensílios	10	8.478	(5.054)	3.424	3.623
Veículos	20	3.231	(2.088)	1.143	2.256
Outros itens	10	240	(196)	44	52
Total		1.506.274	(621.503)	884.771	954.486

**Consolidado**

	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido 31/12/2014	Valor líquido 31/12/2013
Beneficiárias em imóveis de terceiros	4,9 - 15,6	878.671	(276.689)	601.982	638.103
Equipamentos de movimentação de carga	7,6 - 12,1	621.465	(353.316)	268.149	295.066
Imobilizações em andamento (*)	-	28.153	-	28.153	44.811
Equipamentos de informática	20	41.484	(29.481)	12.003	9.628
Terrenos	-	62.979	-	62.979	62.979
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	40.647	(15.755)	24.892	21.862
Inst					

Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (b), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus autores. Assim, um montante equivalente foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Contas a receber de antigos acionistas - Santos Brasil Logística".

A movimentação das provisões para contingências, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, está demonstrada nos quadros a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31/12/2014
Processo CADE - multa	1.767	96	-	1.863
Processo CADE - faturamento TRA	81.159	11.144	(37)	92.266
Provisão trabalhista	16.401	137	2.037	18.575
Provisão FAP	4.749	1.272	-	6.021
Outros processos	2.865	30	(59)	3.836
Total	107.941	12.679	1.941	127.561

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31/12/2014
Processo CADE - multa	1.697	70	-	1.767
Processo CADE - faturamento TRA	113.340	47.810	(79.991)	81.159
Provisão trabalhista	9.914	2.155	4.332	16.401
Provisão para processo CODESP	1.265	43	(1.308)	-
Provisão FAP	3.946	843	(40)	4.749
Outros processos	3.865	-	-	3.865
Total	130.162	54.786	(77.007)	107.941

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31/12/2014
Processo CADE - multa	1.767	96	-	1.863
Processo CADE - faturamento TRA	81.159	11.144	(37)	92.266
Provisão trabalhista	23.920	1.809	2.993	28.722
Provisão FAP	5.866	1.629	-	7.495
Outros processos	4.347	30	(398)	3.979
Total	117.059	14.708	(2.558)	134.325

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31/12/2014
Processo CADE - multa	1.697	70	-	1.767
Processo CADE - faturamento TRA	113.340	47.810	(79.991)	81.159
Provisão trabalhista	12.228	3.249	8.443	23.920
Provisão para processo CODESP	1.265	43	(1.308)	-
Provisão FAP	4.854	1.053	(41)	5.866
Outros processos	1.805	4.266	(1.724)	4.347
Total	135.189	56.491	(74.621)	117.059

(\*) Referem-se a reversão de provisões, processos encerrados, acréscimos e reduções de contingências ou alterações da probabilidade de êxito.

O montante de R\$2.993 de outras movimentações de provisão trabalhista está composto de: (i) R\$3.905 referentes a alterações de valor de contingência; (ii) R\$3.376 referentes a alterações de probabilidade de êxito; (iii) R\$(4.217) referentes a baixas com pagamento de contencioso; e (iv) R\$(71) referentes a reversões por sentença favorável.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de êxito possível: (i) processos com valores mensurados no montante de R\$454.116; e (ii) processos que não têm valores de contingência mensurados pelos referidos assessores. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações contábeis.

A movimentação dos processos possíveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, está demonstrada a seguir:

Natureza da ação	Saldo em 31/12/2013	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31/12/2014
Aduaneira	15.628	-	(11)	15.617
Cível	22.062	1.956	(790)	23.228
Tributária	56.446	17.936	(23.522)	50.860
Outras	356.392	17.026	(9.086)	364.332
Total	450.799	36.918	(33.409)	454.308

(\*) Referem-se a processos encerrados, acréscimos e reduções de contingência ou alterações da probabilidade de êxito.

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, efetuando a cobrança de valores relativos à IRPJ e CSLL, no montante de R\$334.495, classificado no quadro anterior como natureza tributária, que, segundo o referido auto, a Numeral 80 teria deixado de recolher nos exercícios de 2006 a 2011, em virtude da amortização, para fins fiscais, do ágio a ela transferido pela incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão, operação esta aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.), em 30 de maio de 2006 (incorporação).

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impugnou o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal.

Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência do acórdão da Decisão da Receita Federal do Brasil, no julgamento da 1ª Turma da DJR em São Paulo-SP, que deu como procedente a ação declaratória de impugnabilidade apresentada e reduziu a multa de ofício aplicada para 75%, passando, dessa forma, o valor do crédito tributário para R\$283.466, atualizados e com risco de perda considerado como possível pelos assessores jurídicos externos da Companhia.

Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou interposição de recurso relativamente aos débitos exonerados, totalizando o valor atualizado de R\$69.328, classificados como de risco de perda remoto pelos referidos assessores jurídicos.

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 efetuou interposição de recurso no prazo regulamentar.

### 18. Arrendamento - Consolidado

#### a) Arrendamento financeiro

A Companhia possui 13 ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro (leasing). Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	31/12/2014
Equipamentos de informática	799
Sistemas de processamento de dados	254
Total	1.053

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu como juros o montante de R\$113, relativo a despesas financeiras, e R\$263 relativo à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos, em 31 de dezembro de 2014, estavam segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
De um a três anos	927	7	927

#### b) Arrendamento operacional

A Companhia, por meio de suas filiais, e suas controladas possuem contratos de concessão e parcelas de arrendamento a serem apropriados ao resultado, por competência. Esses valores serão corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGP-MFVGV.

Contratos	2015	2016	2017	2018 - término do contrato	Total
Tecon Santos	31.607	31.607	31.607	155.401	250.222
Tecon Imbituba	2.805	2.805	2.805	43.013	51.428
Terminal de Carga Geral	44	44	44	645	777
Convicon	719	719	719	540	2.697
Terminal de Veículos	3.300	3.300	3.300	56.376	66.276
Total	38.475	38.475	38.475	255.975	371.400

#### Períodos de vigência dos contratos

Contratos	Início do contrato	Término do contrato
Tecon Santos	Novembro/1997	Novembro/2023
Tecon Imbituba	Abril/2008	Abril/2033
Terminal de Carga Geral	Junho/2007	Junho/2032
Convicon	Setembro/2003	Setembro/2018
Terminal de Veículos	Janeyo/2010	Janeyo/2035

#### Contratos

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de arrendamento compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais, conforme segue. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2014 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M.

Contratos	Em reais - R\$	Custo por veículo movimentado	Custo por tonelada movimentada	Custo por veículo movimentado
Tecon Santos (a)	15,32	-	-	-
Tecon Santos (b)	7,66	-	-	-
Tecon Imbituba (c)	74,82	-	-	-
Terminal de Carga Geral (d)	-	2,28	-	-
Terminal de Carga Geral (e)	-	5,05	-	-
Terminal de Carga Geral (f)	-	3,04	-	-
Convicon (g)	15,23	-	-	-
Convicon (h)	3,06	-	-	-
Convicon (i)	-	1,52	-	-
Terminal de Veículos (j)	-	-	-	14,65

(a) Valor devido por veículo a movimentação excede o dobro da Movimentação Mínima Contratual - MMC, até atingir três vezes a faixa mínima aplicável.

(b) Valor devido quando a movimentação estiver acima de três vezes a faixa mínima aplicável.

(c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

(d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

(e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.

(f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de utilização e desutilização de contentênes.

(g) Valor devido por conteúdo choro e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

(h) Valor devido por conteúdo vazio.

(i) Valor devido por tonelada.

(j) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de arrendamento compromissos de movimentação mínima que não vêm sendo cumpridos, gerando assim um custo no montante de R\$23.640, como segue:

Contratos	31/12/2014
Tecon Imbituba	21.865
Terminal de Carga Geral	978
Convicon	27
Terminal de Veículos	1.400
Total	23.640

A Companhia e suas controladas também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas e operacionais (Centros de Distribuição da controlada Santos Brasil Logística), os quais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, geraram despesas no montante de R\$14.322.

### 19. Patrimônio Líquido - Controladora

#### a) Capital social

Acções ordinárias	Acções preferenciais			
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Existentes no início do exercício	454.629.482	454.244.356	211.457.072	209.916.568
Opção de ações exercidas durante o exercício	-	385.126	-	1.540.504
Emitidas/autorizadas sem valor nominal	454.629.482	454.629.482	211.457.072	211.457.072

Do total de ações, 724.723.075 encontravam-se em circulação (free float) em 31 de dezembro de 2014, sendo 40.944.615 ações ordinárias e 163.778.460 ações preferenciais, representadas por 40.944.615 units.

As units são certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, cada um representando uma ação ordinária e quatro ações preferenciais.

Até 31 de dezembro de 2014, ocorreram aumentos de capital referentes às opções exercidas, conforme nota explicativa nº 24, no montante de R\$29.007, sendo 2.062.021 ações ordinárias e 8.248.084 ações preferenciais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve opções exercidas.

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, a alienação do seu controle acionário, tanto por meio de uma única operação quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA, oferta pública de aquisição de todas as ações dos demais acionistas da Companhia, a fim de assegurar-lhes tratamento igualitário aquele dado ao acionista controlador alienante.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem dividendos assegurados.

#### b) Reserva de capital

• Plano de opção de compra de ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 24), no montante de R\$45.814 em 31 de dezembro de 2014 (R\$40.312 em 31 de dezembro de 2013), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

• Outras

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica "Capital social" da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica "Reserva de capital".

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta na época Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$4.548.

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$5.478.

#### c) Reserva de lucros

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital.

• Recuperação de ações

Em 17 de dezembro de 2013, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o Programa de Recuperação de Ações da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas. O programa autoriza a compra de até 4.215.556 units sendo 4.215.556 ações ordinárias e 16.862.225 ações preferenciais, tendo um prazo máximo para aquisição das ações de 365 dias, com início em 20 de dezembro de 2013 e término em 20 de dezembro de 2014.

A seguir, a quantidade de ações compradas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Quantidade de ações	Valor de mercado	P preço por units
Units Ordinárias Preferenciais	1.227.749 4.910.996	19.845 17.187
(*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do exercício.	16.16	14,51 18,52

#### d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

A seguir, a demonstração da remuneração dos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2014	
Lucro líquido do exercício	91.559	
Lucro líquido ajustado legal	(4.578)	
Lucro líquido ajustado (a)	86.981	
Deduzidos mínimos obrigatórios	25,0%	21.745
Remuneração dos acionistas	-	-

Dividendos intermediários, imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2014 (b)

Juros sobre o capital próprio, adiantados no decorrer do exercício de 2014 (c)

IRRF sobre os juros sobre o capital próprio (d)

Dividendos complementares propostos (e)

Remuneração líquida aos acionistas (b + c - d + e)

Remuneração bruta aos acionistas (b + c + e)

Dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio líquidos pagos e/ou creditados por classe de ação:

Ações ordinárias

Ações preferenciais

Dividendos complementares propostos

Retenção de lucro

#### e) Outros resultados abrangentes

• Benefício pós-emprego

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial do benefício pós-emprego dos planos médicos (nota explicativa nº 27), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09.

#### 20. Receita Operacional

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Controladora		Consolidado	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta	770.383	1.214.118	1.152.299
Deduções da receita:	-	-	-
Impostos sobre serviços	(70.234)	(98.687)	(123.537)
Outras	(21.886)	(69.680)	(25.397)
Total	678.263	1.045.751	1.003.545

#### 21. Despesas Operacionais por Natureza

Controladora		Consolidado	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Mão de obra avulsa	(35.752)	(80.044)	(40.318)
Taxas - Companhias Docas	(49.426)	(54.586)	(52.674)
Arrendamentos e infraestruturas	-	-	-
- Companhias Docas	(38.266)	(36.853)	(42.961)
Energia elétrica	(8.499)	(9.490)	(10.351)
Combustíveis e lubrificantes	(15.078)	(17.645)	(25.280)
Fretes	(12.768)	(13.002)	(30.150)
Movimentação de veículos	-	(14.194)	(18.342)
Outros serviços e materiais	(2.750)	(2.105)	(11.617)
Despesas com pessoal	(204.588)	(240.497)	(234.683)
Consultoria, assessoria e auditoria	(18.964)	(30.821)	(21.846)
Outros serviços de terceirização	(25.983)	(22.496)	(40.107)
Manutenção operacional	(28.173)	(35.213)	(37.956)
Depreciação e amortização	(95.654)	(94.266)	(124.624)
Aluguéis/condomínios - áreas operacionais	-	-	(11.866)
Despesas com vendas de serviços	(13.362)	(13.950)	(23.998)
Outras despesas	(31.237)	(50.701)	(67.719)
Total	(580.498)	(701.669)	(848.280)

Classificadas como:

Custo dos bens e/ou serviços vendidos

Despesas com vendas

Despesas gerais e administrativas

Total

#### 22. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Controladora		Consolidado	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Outras receitas operacionais:	-	-	-
Ressarcimento de ISS sobre notas canceladas	411	393	434
Ganho na venda de ativo	693	276	1.103
Correção de adiantamento para fundo de dragagem	292	405	292
Correção de depósitos judiciais	4.065	8.237	4.147
Recuperação de energia elétrica	7.563	-	7.563
Outras receitas	177	144	650
Total	13.201	9.455	14.189

Os instrumentos financeiros instrumentais são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como "valor justo por meio do resultado". As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo desses derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontadas para valor presente utilizando as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para Dólar, Libor e CDI, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Em 1º de abril de 2011, a Companhia assinou o primeiro aditamento ao contrato de swap - Credit Suisse, com o objetivo de eliminar o risco cambial da operação. Nesse aditamento foram alterados os termos e as condições referentes ao parâmetro de atualização da ponta passiva do contrato, anteriormente determinados em variação cambial + Libor + 7,95% ao ano, para 108,75% do CDI.

O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A coluna "Recebimentos/Pagamentos" mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e a coluna "Custo" mostra o efeito reconhecido em receita ou despesa financeira, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse exercício.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (paga-mento)		Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
				Custo	Dez./2014	Dez./2013			
<b>Credit Suisse</b>									
Swap de CDI + Pré	250.000	Set/2014	Associado à operação de CCE	576	488	-	566	100% CDI + 3,5% ao ano	108,75% CDI
<b>BTG Pactual 2014 (*)</b>									
Swap de variação cambial + cupom - CDI	17.521	Jun/2014	Associado à variação cambial	1.458	(614)	-	2.100	variação cambial	100% CDI
<b>Itaú 2014 (*)</b>									
Swap de variação cambial + cupom - CDI	11.055	Dez/2014	Associado à variação cambial	(15)	(380)	-	445	Variação cambial + cupom	100% CDI
<b>Safra 2015 (*)</b>									
Swap de variação cambial + cupom - CDI	10.050	Jun/2015	Associado à variação cambial	-	1.278	1.226	-	Variação cambial	100% CDI
<b>Safra 2015 (*)</b>									
Swap de variação cambial + cupom - CDI	11.430	Dez/2015	Associado à variação cambial	-	228	197	-	Variação cambial + cupom	100% CDI
Total	300.056			2.019	1.000	1.423	3.111		

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação de hedge.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (paga-mento)		Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
				Custo	Dez./2014	Dez./2013			
<b>Credit Suisse</b>									
Swap de CDI + Pré	250.000	Set/2014	Associado à operação de CCE	576	488	-	566	100% CDI + 3,5% ao ano	108,75% CDI
<b>BTG Pactual 2014 (*)</b>									
Swap de variação cambial + cupom - CDI	19.162	Jun/2014	Associado à variação cambial	1.636	(631)	-	2.297	Variação cambial + cupom	100% CDI
<b>Itaú 2014 (*)</b>									
Swap de variação cambial + cupom - CDI	12.695	Dez/2014	Associado à variação cambial	(64)	(483)	-	511	Variação cambial + cupom	100% CDI
<b>Safra 2015 (*)</b>									
Swap de variação cambial + cupom - CDI	13.559	Dez/2015	Associado à variação cambial	-	270	233	-	Variação cambial + cupom	100% CDI
Total	307.067			2.148	1.125	1.654	3.374		

(\*) Efetuada tendo como objeto a operação de hedge.

Os vencimentos de swap ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos, exceto quanto ao Credit Suisse, que não estava mais atrelado a um financiamento e foi finalizado em setembro de 2014.

**b.2) Demais instrumentos financeiros**

Com base nas projeções de taxas de juros e moedas da BM&FBOVESPA e Bloomberg, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

Empréstimos, financiamentos e debêntures - foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas e taxas de juros da BM&FBOVESPA e Bloomberg, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas, a BM&FBOVESPA e Bloomberg; não foram considerados o risco de crédito próprio nem eventual spread bancário por serem considerados irrelevantes.

Dessa forma, o valor de mercado de um título corresponde a seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento da parcela, obtido na curva de juros de mercado em reais.

Aplicações financeiras - as aplicações financeiras em fundos de investimento e CDBs estão sendo apresentadas pelo seu valor justo, dada a classificação de valor justo por meio do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2014, os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos, apresentados apenas para fins de demonstração, eram:

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
	Valor contábil	Valor justo
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	171.689	171.689
Contas a receber	56.026	56.026
Mútuo a receber	5.951	5.951
Outros valores a receber	4.003	4.003
Total	237.669	237.669
Passivo:		
Empréstimos e financiamentos	220.619	220.968
Debêntures	103.142	103.267
Fornecedores	35.615	35.615
Mútuo a pagar	69.199	69.199
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	40.054	40.054
Total	468.629	469.103
	Consolidado	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
	Valor contábil	Valor justo
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	218.409	218.409
Contas a receber	86.042	86.042
Outros valores a receber	4.003	4.003
Total	308.454	308.454
Passivo:		
Empréstimos e financiamentos	254.807	251.134
Debêntures	103.142	103.267
Fornecedores	51.151	51.151
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	40.054	40.054
Total	449.154	445.606

**c) Ativos e passivos em moeda estrangeira**

Havia somente saldos de passivos denominados em moeda estrangeira, como segue:

	Controladora	
	Valor (em R\$)	Moeda da transação
<b>Natureza do saldo</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Financiamento FINIMP	50.509	73.577
Financiamento Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC	716	427
Total	51.225	74.004
	Consolidado	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
	Valor (em R\$)	Moeda da transação
Financiamento FINIMP	59.841	82.475
Financiamento FINIMP	897	1.205
Financiamento Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC	716	427
Supplier credit	-	792
Total	61.454	84.899

**d) Risco de mercado**

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano e o euro, que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 com valorização em relação ao real de 13,39% e desvalorização 0,02%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2013.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos; tais operações não são utilizadas para fins especulativos (exceto quanto ao mencionado no item b.1)) e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculados.

A dívida com a Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC não está incluída nesta proteção por estar representada por nota promissória sem vencimento definido.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	Controladora	
	Valor (em R\$)	Moeda da transação
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>50.509</b>	<b>US\$</b>
(-) Instrumentos de hedge	(21.480)	US\$
Exposição líquida	29.029	US\$
	Consolidado	Consolidado
	Valor (em R\$)	Moeda da transação
Empréstimos e financiamentos	897	€
Empréstimos e financiamentos	59.841	US\$
(-) Instrumentos de hedge	(25.210)	US\$
Exposição líquida	35.528	US\$

A política da Companhia é gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o período subsequente de 12 meses, em média. Assim, a exposição líquida apresentada anteriormente refere-se às amortizações superiores ao período estipulado na política.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco que os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento ou redução de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2014.

Operação	Risco	Controladora - saldos patrimoniais				
		Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (-) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário III (-) 50%
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	US\$/€	51.225	64.410	38.400	77.595	24.855
Swap - Safra (ganho)/perda	US\$/CDI	(1.506)	(7.477)	4.465	(13.448)	10.436
Taxas:						
US\$		2,66	3,32	1,99	3,98	1,33
€		3,23	4,03	2,42	4,84	1,61
		Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
		Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (-) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário III (-) 50%
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	US\$/€	61.454	77.231	45.676	93.010	29.898
Swap - Safra (ganho)/perda	US\$/CDI	(1.751)	(8.753)	5.249	(15.754)	12.252
Taxas:						
US\$		2,66	3,32	1,99	3,98	1,33
€		3,23	4,03	2,42	4,84	1,61

A Administração não considerou como variáveis de risco as taxas de juros, entendendo que estas não têm tendência para apresentar oscilações relevantes.

**e) Hierarquias de valor justo**

Os quadros a seguir apresentam instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo:

	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Total
Caixa e equivalentes de caixa			
Derivativos de passivos financeiros:			
Swap - Safra 2015	171.689	-	171.689
Total	-	1.423	1.423
	Consolidado	Consolidado	Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Total
Caixa e equivalentes de caixa			
Derivativos de passivos financeiros:			
Swap - Safra 2015	171.689	-	171.689
Total	-	1.654	1.654

Caixa e equivalentes de caixa

Derivativos de passivos financeiros:

Swap - Safra 2015

Não houve transferência de ativos nem de passivos entre os níveis da hierarquia de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os instrumentos financeiros não derivativos classificados como valor justo por meio do resultado possuem hierarquia de Nível 2.

**f) Risco de crédito**

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$9.897, representando 10,32% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2013, essa provisão era de R\$11.797, equivalente a 7,77%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

**g) Risco de liquidez**

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Controladora			
	31/12/2014	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Passivo				
Fornecedores	35.615	35.615	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	40.054	40.054	-	-
NCE	167.947	77.097	90.850	-
Debêntures	103.142	43.352	59.790	-
Leasing	927	467	460	-
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	520	131	259	130
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	51.225	22.519	27.354	1.352
Total	399.430	219.235	178.713	1.482
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
	31/12/2014	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Passivo				
Fornecedores	51.151	51.151	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	40.054	40.054	-	-
NCE	167.947	77.097	90.850	-
Debêntures	103.142	43.352	59.790	-
Leasing	927	467	460	-
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	520	131	259	130
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	61.454	25.847	32.418	3.189
Capital de giro	5.402	3.481	1.921	-
Conta garantida	649	649	-	-
Mútuo a pagar	449.154	249.202	194.497	5.455

**h) Risco de juros**

A seguir estão sendo apresentados os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas:

	Controladora			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	171.689	107.285	218.409	122.987
Mútuo a receber	5.951	-	-	-
Operações com swap	1.423	3.111	1.654	3.374
Total	179.063	110.396	220.063	126.361
Passivo:				
NCE	167.947	206.239	167.947	206.239
Debêntures	103.142	40.054	103.142	103.267
Leasing	927	1.326	927	1.326
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	520	-	18.428	21.222
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	51.225	74.004	61.454	84.899
Capital de giro	-	-	5.402	6.680
Conta garantida	-	-	649	1.328
Mútuo a pagar	69.199	46.145	-	-
Total	392.960	327.714	357.949	321.694

**Análise de sensibilidade de taxa de juros**

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas, de forma que a Administração entenda que nenhuma volatilidade nessas taxas afetaria significativamente seu resultado.

**29. Cobertura de Seguros**

Em 31 de dezembro de 2014, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Controladora e Consolidado			
	Cobertura	Moeda	Vencimento	
<b>Filial - Tecon Imbituba</b>				
Seguro de Operador Portuário - SOP:				
Responsabilidade civil	20.000	US\$	Março/2015	
Bens móveis e imóveis	16.000	US\$	Março/2015	
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Março/2015	
Responsabilidade civil - danos morais	1.0			

Aos Conselheiros e Acionistas da Santos Brasil Participações S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Santos Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

#### **Outros assuntos**

##### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2015

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes**

CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Walter Dalsasso**

Contador - CRC nº 1 SP 077516/O-9